

## **IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À PANDEMIA**

*Renata Antonia Ferrazzo*

*Ioná Vieira Bez Birolo*

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/intcov11>

Ao final do ano de 2019, principiaram a repercutir na imprensa mundial notícias relativas a um vírus, denominado “novo coronavírus”, que vinha acometendo os chineses. Em janeiro, o vírus começou a se alastrar por outros países e, em março, teve-se ciência do primeiro caso no Brasil. Posteriormente, descobriu-se que o vírus já circulava no País desde fevereiro.

Alastrada por centenas de países, a pandemia tem sido combatida de maneiras distintas, mas frequentemente com tensões entre a proteção da vida e a manutenção da economia. No caso do brasileiro, o Chefe de Estado tem priorizado a economia, com postura que a comunidade internacional define como negacionista. Em seu discurso, a pretexto de tentar justificar suas decisões, já minimizou a gravidade do vírus, negou a alta taxa de transmissibilidade bem como já rejeitou o risco de colapso no sistema de saúde, caso medidas preventivas não fossem adotadas. Milhares de mortos e milhões de infectados têm refutado esses argumentos; então, o presidente passou a acusar a imprensa de fazer “alarde” e causar pânico desnecessário na população.

Ainda no caso brasileiro, uma das poucas medidas adotadas pelo Governo Federal, foi a recomendação do uso de medicamento (cloroquina) sem comprovação de eficácia, mas com altos riscos para saúde humana, por conta dos efeitos adversos.

No âmbito internacional, os países com melhores resultados no combate à pandemia foram os que reconheceram e adotaram cedo medidas preventivas. Foi essa a postura e não a riqueza econômica do Estado que fez a diferença na proteção das vidas. Um caso que evidencia isso, é o dos Estados Unidos da América: país com o maior Produto Interno Bruto (PIB), mas com o maior número de mortes pela doença, seguido pelo Brasil: ambos, países

liderados por presidentes que priorizam a economia e negam a gravidade da pandemia, negligenciando, dessa forma, a responsabilidade na prestação de políticas públicas efetivas.

Mas o caso brasileiro tem outros agravantes, pois também têm ocorrido muitos desentendimentos entre os níveis federal, estaduais e municipais de governo, que não se limitam a posições diferentes a respeito da pandemia, pois chegam a discussões judiciais sobre os limites dos poderes de cada um quanto às ações devidas nesse cenário de crise. Numa avaliação geral, pode-se dizer que as posturas do Governo Federal estão entre as mais nocivas para a saúde pública, pois, a depender desse praticamente não haveria isolamento, já que vários pronunciamentos do presidente brasileiro estimulavam a circulação e aglomeração de pessoas, chegando ele próprio a participar de algumas reuniões públicas com seus manifestantes apoiadores. Outro agravante é a violência e o desrespeito de parte da sociedade contra autoridades, cientistas e profissionais de saúde engajados no combate à pandemia e na defesa de políticas públicas mais rigorosas, mais abrangentes e mais eficazes na diminuição de agravos à saúde e à proteção da vida das pessoas.

Os diferentes resultados que têm decorrido das posturas das autoridades são uma demonstração da importância do Estado e, principalmente, da prestação de políticas públicas para proteção da população. Essa tem sido, literalmente, a diferença entre a vida e a morte da comunidade.